

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO - RS**

**EDITAL Nº 02/2015 – SMAD – CONCURSO PÚBLICO**

**VESPERTINO 28/06/2015**  
**NÍVEL SUPERIOR**

**PROVA OBJETIVA (OPÇÃO 2)**  
**CARGO: ADVOGADO TRIBUTARISTA**

**Leia atentamente as INSTRUÇÕES:**

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica azul (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. Sua prova tem **40** questões, com **5** alternativas.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para a realização da Prova Objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 (uma) hora** após o seu início, sem levar o caderno de provas.
10. O candidato poderá levar o caderno de provas, assim como anotação contendo transcrição do seu cartão-resposta, somente **1h30min** (uma hora e trinta) após o início da realização das provas.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, e só poderão sair juntos após o fechamento do envelope, contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes, e assinarem no lacre do referido envelope, atestando em ata que este foi devidamente lacrado.
13. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde está ocorrendo o concurso, o candidato deverá, manter o celular desligado e sem bateria, só sendo permitido ligar depois de ultrapassar o portão de saída do prédio.
14. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências.

**BOA PROVA!**

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às próximas seis questões.

### AO SOL O QUE LHE CABE

*Caros U. e S. :*

A reportagem que vocês publicaram começou assim: "São 7h da manhã. O calor do sol faz subir uma névoa na superfície do Lago Paranoá".

Quando li, me perguntei: o que, além do calor do sol, poderia ter esquentado as águas do lago e provocado a névoa? Um gigantesco aquecedor? Não, ainda não foi inventado um capaz de aquecer o lago que banha um pedaço de Brasília. De resto, um aquecedor assim se alimentaria de energia solar. Nem pensar em energia elétrica.

Imaginei também, mas logo descartei como absurdo, que a névoa poderia ter resultado da erupção de algum vulcão adormecido no fundo do lago. Não há notícia de que exista um. Se existisse e tivesse acordado, saberíamos.

Ainda me passou pela cabeça a hipótese de a névoa ter derivado de calor humano. Mas seria impossível que todos os habitantes do Distrito Federal e das redondezas, de mãos dadas, pudessem abraçar o lago durante algumas horas antes do amanhecer e aquecê-lo a ponto de produzir névoa. Concluí que só o calor do sol poderia, de fato, ser responsável pela névoa. Tal como vocês escreveram.

Então era dispensável que atribuíssem ao sol o que somente a ele caberia produzir. Bastava terem escrito: "São 7h da manhã. O calor faz subir uma névoa na superfície do Lago Paranoá". Imputar a névoa ao calor do sol foi redundante.

Fujam das redundâncias. Elas são supérfluas. Têm de ser cortadas.

Fonte: <http://www.espocc.org.br/wp-content/uploads/2011/07/Ricardo-Noblat-A-Arte-de-fazer-um-jornal-di%C3%A1rio.pdf>. Acesso em 28/05/2015.

**01. O autor tentou encontrar outras explicações para o calor que deu origem à névoa do Lago Paranoá**

**I – porque pressupôs, da construção gramatical, ser indiscutível a existência delas.**

**II – porque considerou um absurdo jornalistas não atentarem para a redundância no texto que escreveram.**

**III – porque a redundância deveria ser um erro primário para jornalistas, assim, ela não poderia ter ocorrido.**

**IV – porque queria ironizar o erro em que incorreu os jornalistas ao terem escrito a matéria.**

**V – porque julgou a redundância na frase como uma brincadeira dos jornalistas.**

**Estão corretas:**

- a) I, II, III e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) II, III, IV e V, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III e IV, apenas.

**02. Releia as três últimas frases do texto. Elas não perderiam o sentido original, mas deixariam de ser orações absolutas e passariam a constituir um período composto por coordenação se as pontuássemos e as ligássemos, respectivamente, com**

- a) uma conjunção explicativa e uma conclusiva.
- b) uma conjunção explicativa e uma adversativa.
- c) uma conjunção adversativa e uma aditiva.
- d) uma conjunção alternativa e uma conclusiva.
- e) uma conjunção conclusiva e uma aditiva.

**03. Em “O calor do sol faz subir uma névoa na superfície do Lago Paranoá.”, ocorre redundância como bem salientou o autor do texto. Sobre esse tipo de inadequação às normas gramaticais, observe as seguintes frases:**

**1- O equipamento não funciona, mas o técnico mantém o mesmo discurso: sanei o problema.**

**2- Vou repetir de novo o que acabei de lhe dizer, para que você entenda a minha decisão.**

**3- Os ambientalistas alertaram sobre o aquecimento global há anos atrás.**

**4- Para seu próprio bem, esqueça esse assunto.**

**5- Aceitarei o chocolate se você repartir a barra em metades iguais.**

**Há redundância**

- a) em 1, 2, 3, 4 e 5.

- b) em 2 e 4 apenas.
- c) em 2, 3 e 5, apenas.
- d) em 1, 2, 3 e 5, apenas.
- e) em 1, 2 e 4, apenas.

**04. No período “Imputar a névoa ao calor do sol foi redundante.”,**

- a) o sujeito do verbo ser é “a névoa ao calor do sol”.
- b) o sujeito do verbo ser é inexistente.
- c) o sujeito do verbo ser é “imputar a névoa ao calor do sol”.
- d) o sujeito do verbo ser é indeterminado.
- e) o verbo ser não possui sujeito.

**05. Um complemento nominal pode ser identificado em qual alternativa?**

- a) responsável pela neve
- b) superfície do Lago Paranoá
- c) atribuísssem ao sol
- d) energia solar
- e) pedaço de Brasília

**06. Quanto à classificação e conjugação dos verbos destacados, assinale a alternativa correta.**

- a) “Tal como vocês escreveram...” – verbo regular, futuro do presente do indicativo.
- b) “Imaginei também...” – verbo irregular, pretérito perfeito do indicativo.
- c) “... somente a ele caberia produzir...” – verbo irregular, futuro do pretérito do indicativo.
- d) “Ainda me passou pela cabeça...” – verbo irregular, pretérito perfeito do indicativo.
- e) “... poderia ter esquentado as águas do lago...” – verbo regular, futuro do pretérito do indicativo.

**Leia a letra da canção de Arnaldo Antunes e responda à próxima questão.**

**Gera, degenera**

Gera  
Degenera  
Já era  
Regenera  
Gera

**Fonte:** [http://www.arnaldoantunes.com.br/new/sec\\_discografia\\_sel.php?id=161](http://www.arnaldoantunes.com.br/new/sec_discografia_sel.php?id=161). Acesso em 25/05/2015

**07. O texto “Gera, degenera” lembra o ciclo da vida e, para construí-lo, o autor baseou-se em que figura de linguagem?**

- a) Paronomásia
- b) Catacrese
- c) Eufemismo
- d) Pleonasma
- e) Antonomásia

**08. Qual das alternativas possui dois vocábulos em que a acentuação deveria ser obrigatória?**

- a) pratico, continua
- b) agencia, fotografo
- c) dominio, aparencia
- d) melancia, media
- e) paciencia, influencia

**09. Aponte a frase em que, dentre a, à e há, o uso de um deles se desvia das normas gramaticais.**

- a) Há quantos anos ele e a família moram neste bairro?
- b) A qual dos autores da literatura contemporânea ela se referia?
- c) É evidente que aquela casa é idêntica à do lado, pois elas fazem parte da vila!
- d) Há quantas quadras estamos do shopping?
- e) A poucos dias de começar o inverno, o calor ainda está intenso.

**10. Em relação aos pronomes relativos, há emprego equivocado em qual das seguintes frases?**

- a) Jamais esqueci daquele lugar a que ele me levou.
- b) Finalmente, encontrei os documentos que precisava.
- c) Aqueles são os palestrantes de cujas ideias discordamos
- d) Subi as escadas cujos degraus estavam escorregadios.
- e) A zumba é uma dança de que ela gosta muito.

## **RACIOCÍNIO LÓGICO**

**11. A afirmação “Não é verdade que, se Rodrigo está na faculdade, então Ramires está na biblioteca” é logicamente equivalente à afirmação:**

- a) É verdade que “Rodrigo está na faculdade e Ramires está na biblioteca”.
- b) É verdade que “Rodrigo está na faculdade ou Ramires está na biblioteca”.
- c) Não é verdade que “Rodrigo não está na faculdade ou Ramires não está na biblioteca”.
- d) Não é verdade que “Rodrigo está na faculdade ou Ramires não está na biblioteca”.
- e) Não é verdade que “Rodrigo não está na faculdade ou Ramires está na biblioteca”.

**12. Uma escola levou seus alunos a uma excursão para conhecer um museu na cidade de São Paulo. Desses alunos, 16 já haviam ido à cidade de São Paulo, mas nunca a esse museu; 6 já haviam ido a um museu, mas não à cidade de São Paulo. Ao todo, 20 alunos já haviam ido a algum museu e, do total dos alunos, 18 nunca haviam ido à cidade de São Paulo. Pode-se afirmar que foram à excursão:**

- a) 60 alunos
- b) 54 alunos
- c) 50 alunos
- d) 48 alunos
- e) 36 alunos

**13. Num teste sobre determinado medicamento e suas reações no organismo, foram dados dois tipos de medicamentos: A e B. Todas as pessoas que tomaram o medicamento B tomaram antes o medicamento A. Como nem todos os pré-selecionados para o teste tomaram o medicamento A, logo conclui-se que:**

- a) Todas as pessoas pré-selecionadas tomaram o medicamento B e algumas não tomaram o medicamento A.
- b) Algumas pessoas pré-selecionadas tomaram o medicamento B, mas não tomaram o medicamento A.
- c) Pelo menos uma das pessoas pré-selecionadas não tomou o medicamento B.
- d) Algumas pessoas pré-selecionadas tomaram o medicamento B e nenhuma tomou o medicamento A.
- e) Todas as pessoas pré-selecionadas tomaram o medicamento B e nenhuma tomou o medicamento A.

**14. Tautologia é o nome dado a toda proposição que sempre é verdadeira, independente da veracidade ou não de seus termos. Assinale a alternativa na qual temos um exemplo de tautologia:**

- a) Se Aline é secretária, então Aline é secretária e Michele é publicitária.
- b) Se Aline é secretária, então Aline é secretária ou Michele é publicitária.
- c) Se Aline é secretária ou Michele é publicitária, então Michele é publicitária.
- d) Se Aline é secretária ou Michele é publicitária, então Aline é secretária e Michele é publicitária.
- e) Se Aline é secretária ou não é secretária, então Michele é publicitária.

**15. Examine a sucessão: 51, 43, 35, 27, \_\_\_\_\_. O próximo termo dela será:**

- a) 09
- b) 18
- c) 19
- d) 25
- e) 29

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**16. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, exceto:**

- a) Concessão de asilo político.
- b) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- c) Autodeterminação dos povos.
- d) Intervenção.
- e) Igualdade entre os Estados.

**17. Assinale a alternativa correta, tendo em vista as disposições constitucionais acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos:**

- a) É livre a manifestação do pensamento, assegurando-se o anonimato.
- b) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- c) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida a autorização da autoridade competente.
- e) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário justa e prévia indenização em dinheiro.

**18. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:**

- a) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- b) Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- c) Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.
- e) Avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

**19. Aos juízes federais compete processar e julgar, exceto:**

- a) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- b) A disputa sobre direitos indígenas.
- c) Os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
- d) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- e) Os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o "exequatur", e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

**20. Considerando-se as normas constitucionais acerca da Administração Pública, assinale a alternativa em que há uma situação contrária a sua previsão:**

- a) Maria foi nomeada para a indicação de um cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, sem ter prestado concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) O concurso público para advogado tributarista do Município de Esteio-RS, com prazo de validade de 01 (um ano), foi prorrogado mais uma vez, por dois anos.
- c) Paulo, servidor público federal do Judiciário, associou-se à entidade sindical.
- d) José, professor, foi contratado, mediante concurso público, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, diante da aposentadoria do professor titular da disciplina.
- e) João acumula dois cargos públicos de professor, pois possui compatibilidade de horários e não há outro impedimento para o acúmulo.

**21. Acerca do controle da Administração Pública, analise as seguintes assertivas:**

**I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

**II. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumo obrigações de natureza pecuniária.**

**III. As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.**

**IV. O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.**

**É correto o que se afirma em:**

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, somente.
- c) II, III e IV, somente.
- d) I, III e IV, somente.
- e) II e IV, somente.

**22. O juiz da 1ª Vara Cível de Esteio proferiu sentença denegando mandado de segurança. O recurso cabível para esta decisão é**

- a) agravo.
- b) apelação.
- c) embargos.
- d) agravo de instrumento.
- e) recurso especial.

**23. Assinale a alternativa correspondente ao prazo de prescrição da ação popular:**

- a) 2 (dois) anos.
- b) 3 (três) anos.
- c) 4 (quatro) anos.
- d) 5 (cinco) anos.
- e) Não se aplica a prescrição à ação popular.

**24. Acerca dos atos jurídicos lícitos, analise as seguintes assertivas:**

**I. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.**

**II. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.**

**III. Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido; e a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.**

**É correto o que se afirma em:**

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

**25. Considerando-se a previsão normativa acerca dos atos processuais, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.
- b) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso do vernáculo.
- c) A desistência da ação produzirá efeito, ainda que não homologada por sentença.
- d) Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos, tendo em conta a complexidade da causa.
- e) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

**26. O juiz recusará cumprimento à carta precatória, devolvendo-a com despacho motivado:**

**I. quando não estiver revestida dos requisitos legais;**

**II. quando carecer de competência em razão da matéria;**

**III. quando carecer de competência em razão da hierarquia;**

**IV. quando tiver dúvida acerca de sua autenticidade.**

**É correto o que se afirma em:**

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e IV, somente.
- c) I, II e III, somente.
- d) I, III e IV, somente.
- e) I e IV, somente.

**27. No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz marcará, a fim de que a parte constitua novo mandatário, o prazo de \_\_\_\_\_, findo o qual extinguirá o processo sem julgamento do mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou mandará prosseguir no processo, à revelia do réu, tendo falecido o advogado deste.**

**Assinale a alternativa que completa a lacuna, em conformidade com as disposições do Código de Processo Civil:**

- a) 48 (quarenta e oito) horas.
- b) 5 (cinco) dias.
- c) 10 (dez) dias.
- d) 20 (vinte) dias.
- e) 30 (trinta) dias.

**28. Considerando-se as disposições do Código de Processo Civil acerca da confissão, assinale a alternativa correta:**

- a) Há confissão, quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário. A confissão é sempre judicial, inadmitindo-se a confissão extrajudicial como meio de prova.
- b) A confissão espontânea pode ser feita pela própria parte, sendo vedada a confissão feita por mandatário com poderes especiais.

- c) A confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação, pode ser revogada por ação anulatória, se pendente o processo em que foi feita; e por ação rescisória, depois de transitada em julgado a sentença, da qual constituir o único fundamento.
- d) A confissão é, de regra, divisível, podendo a parte que a quiser invocar como prova, aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável.
- e) Quando feita verbalmente, a confissão extrajudicial terá eficácia em todos os casos, ainda que a lei exija prova literal.

**29. Considerando-se as disposições da Lei nº 8.429/92, assinale a assertiva correta relativamente à ação de improbidade administrativa:**

- a) A ação principal seguirá o rito sumário.
- b) A ação principal será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- c) Os acordos celebrados nas ações de improbidade administrativa somente produzirão efeitos após a sua homologação pelo Juízo.
- d) A Defensoria Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.
- e) Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de dez dias.

**30. Analise as seguintes assertivas acerca da aplicação da lei penal:**

**I. O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.**

**II. Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.**

**III. Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.**

**IV. É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.**

**É correto o que se afirma em:**

- a) I, II, III e IV.
- b) I, III e IV, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II, III e IV, somente.
- e) II e IV, somente.

**31. “Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”.**

**Assinale a alternativa que se refere ao crime contra a administração pública acima descrito:**

- a) Peculato
- b) Concussão
- c) Corrupção passiva
- d) Descaminho
- e) Corrupção ativa

**32. Acerca do contrato de trabalho, assinale a alternativa que se encontra em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho:**

- a) Não se reconhece o contrato de trabalho celebrado verbalmente.
- b) Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 1(um) ano no mesmo tipo de atividade.
- c) Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume existente, como se a tivessem estatuído os interessados na conformidade dos preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade.
- d) Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho se extinguem em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa.
- e) Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6(seis) meses, a outro contrato por prazo determinado, ainda que a expiração deste tenha dependido da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

**33. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre:**

**I. patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;**

**II. templos de qualquer culto;**

**III. patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, incluindo-se aqueles não relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas;**

**IV. livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.**

**V. fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.**

**É correto o que se afirma em:**

- a) I, II, III, IV e V.
- b) I, II e III, somente.
- c) I, II, IV e V, somente.
- d) I, II e IV, somente.
- e) I, II e V, somente.

**34. Assinale a alternativa em desacordo com as disposições do Código Tributário Nacional:**

- a) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- b) A dívida regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- c) A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.
- d) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.
- e) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos, excluída a responsabilidade criminal.

**35. Acerca do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana, analise as seguintes assertivas:**

**I. O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana incide sobre a propriedade, a titularidade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de imóvel edificado ou não, situado na zona urbana do Município.**

**II. O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana abrange, ainda, o imóvel que, embora localizado na zona rural, seja utilizado, comprovadamente, como sítio de recreio.**

**III. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer outras exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao imóvel, sem prejuízo das penalidades.**

**IV. Os preços do hectare da gleba e o do metro quadrado de terreno padrão e de cada tipo de construção serão estabelecidos e atualizados anualmente por lei.**

**V. O imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado, anualmente, tendo por base a situação física do imóvel ao encerrar-se o exercício anterior.**

**Encontram-se em conformidade com a Lei nº 1.815/91 do Município de Esteio:**

- a) I, II, III, IV e V.
- b) I, II, III e V, somente.
- c) I, II, III e IV, somente.
- d) II, III e IV, somente.
- e) II, IV e V, somente.

**36. Jose arrematou em um leilão um imóvel no centro do Município de Esteio. O imposto sobre transmissão "Intervivos" de bens imóveis será arrecadado**

- a) no prazo de 15 (quinze) dias contados da assinatura do auto e antes da expedição da respectiva carta.
- b) no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do auto e antes da expedição da respectiva carta.
- c) no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do auto, após a expedição da respectiva carta.
- d) no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do depósito e antes da expedição da respectiva carta.
- e) no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da sentença e antes da expedição da carta de constituição.

**37. O imposto sobre serviços de qualquer natureza, nos termos da Lei nº 3.636, de 2003, incidirá sobre:**

- a) As exportações de serviços para o exterior do País.
- b) A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, sócios gerentes e dos gerentes-delegados.
- c) O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários.



- d) O valor principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- e) Os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

**38. Da lavratura do auto de infração e do lançamento do tributo, o contribuinte será intimado:**

- I. pessoalmente, mediante a entrega de cópia do auto de infração, ao próprio autuado, seu representante legal ou mandatário, com assinatura de recebimento do original;**
- II. por via postal, remetendo-se a cópia do auto de infração, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou pessoa do seu domicílio;**
- III. por publicação, no órgão do Município, ou meio de divulgação local, na sua íntegra ou de forma resumida, quando resultarem ineficazes os meios referidos nos incisos anteriores.**

**Nos termos da Lei nº 3.636, de 2003, é correto o que se afirma em:**

- a) I, II e III.
- b) I, somente.
- c) II, somente.
- d) III, somente.
- e) II e III, somente.

**39. Em conformidade com o Decreto nº 4.256/10, nos casos da microempresa(ME) ou empresa de pequeno porte(EPP) optante pelo Simples Nacional instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2003, desde que na competência a que se refere a declaração, a declarante não tenha realizado retenção do ISSQN na condição de substituto tributário, a Declaração Eletrônica Mensal de cada competência deverá ser entregue obrigatoriamente**

- a) até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da competência.
- b) até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da competência.
- c) até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da competência.
- d) até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da competência.
- e) até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da competência.

**40. Consoante o disposto no Decreto nº 4.287/10, estão dispensados da emissão de documentos fiscais:**

- I. os bancos e as instituições financeiras;**
- II. os serviços de transporte intramunicipal de passageiros, realizados por meio de ônibus de transporte regular de passageiros;**
- III. os serviços de transporte de passageiros, realizados por meio das permissionárias de "autolotação";**
- IV. as empresas concessionárias de telecomunicações, de energia elétrica e de água e esgotos, quando os serviços com incidência para o ISSQN constarem em nota fiscal específica, regulamentada pelo Fisco Estadual, e forem cobrados conjuntamente na conta telefônica, de energia elétrica ou de água e esgoto;**
- V. quando disposto na concessão de regime especial.**

**É correto o que se afirma em:**

- a) I, III e V, somente.
- b) II, III e IV, somente.
- c) III, IV e V, somente.
- d) II, IV e V, somente.
- e) I, II, III, IV e V.

**RASCUNHO**